

PLANO DE GESTÃO DE REGIÃO HIDROGRÁFICA

3.º Ciclo | 2022 – 2027



Ribeiras do Algarve



Minho e Lima



Cávado, Ave e Leça



Guadiana



Douro



Sado e Mira



Tejo e Ribeiras do Oeste



Vouga, Mondego e Lis

Parte 1 | Enquadramento e Aspetos Gerais

ANEXO II - Enquadramento legal do setor da água em Portugal

Janeiro | 2022



ÍNDICE

ANEXO	3
Enquadramento legal do setor da água em Portugal	4

Projeto PGRH

Enquadramento legal do setor da água em Portugal

Diploma Legal	Âmbito
GERAL	
Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, alterada pelas Leis n.º 89/2009, de 31 de agosto; n.º 114/2015, de 28 de agosto e n.º 25/2019, de 26 de março	Aprova a lei-quadro das contraordenações ambientais.
Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio	Estabelece o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente.
Decreto-Lei n.º 147/2008, de 29 de julho alterado pelo Decreto-Lei n.º 245/2009, de 22 de setembro; pelo Decreto-Lei n.º 29-A/2011, de 1 de março; pelo Decreto-lei n.º 60/2012, de 14 de março e pelo Decreto-Lei n.º 13/2016, de 9 de março	Estabelece o regime jurídico da responsabilidade por danos ambientais e transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2004/35/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de Outubro, que aprovou, com base no princípio do poluidor-pagador, o regime relativo à responsabilidade ambiental aplicável à prevenção e reparação dos danos ambientais, com a alteração que lhe foi introduzida pela Diretiva n.º 2006/21/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa à gestão de resíduos da indústria extrativa.
Decreto-Lei n.º 115/2010, de 22 de outubro	Estabelece um quadro para a avaliação e gestão dos riscos de inundações, com o objetivo de reduzir as suas consequências prejudiciais, e transpõe a Diretiva n.º 2007/60/CE, do Parlamento e do Conselho, de 23 de outubro.
Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio	Estabelece deveres de divulgação de informação relativa à avaliação ambiental, procedendo à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho.
Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 152-B/2017, de 11 de dezembro	Altera o regime jurídico da avaliação de impacte ambiental dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente, transpondo a Diretiva n.º 2014/52/UE.
Lei n.º 19/2014, de 14 de abril	Define as bases da política de ambiente.
Resolução do Conselho de Ministros n.º 78/2014, de 24 de dezembro	Aprova o Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PANCD), decorrente da primeira revisão e atualização do PANCD aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 69/99, de 9 de julho.
Resolução do Conselho de Ministros n.º 28/2015, de 30 de abril	Aprova o Compromisso para o Crescimento Verde.
Despacho n.º 1230/2018, de 5 de fevereiro	Aprova o Código de Boas Práticas Agrícolas.
Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2018, de 7 de maio	Aprova a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030.
Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto, alterada pela Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto	Aprova o regime de acesso à informação administrativa e ambiental e de reutilização dos documentos administrativos, transpondo a diretiva 2003/4/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de janeiro, e a diretiva 2003/98/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de novembro.
LEI DA ÁGUA	
Diretiva 2000/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2000	Estabelece um enquadramento para a proteção das águas de superfície interiores, das águas de transição, das águas costeiras e das águas subterrâneas (Diretiva Quadro da Água).

Diploma Legal	Âmbito
Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro alterada pelos Decreto-Lei n.º 245/2009, de 22 de setembro; 60/2012, de 14 de março; 130/2012, de 22 de junho e pelas Leis n.º 42/2016, de 28 de dezembro e n.º 44/2017, de 19 de junho	Aprova a Lei da Água, transpondo para a ordem jurídica nacional a Diretiva 2000/60/CE e estabelece as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável das águas (Lei da Água).
Declaração de Retificação n.º 11-A/2006, de 23 de fevereiro	Retifica a Lei da Água.
Decreto-Lei n.º 77/2006, de 30 de março	Complementa a transposição da Diretiva Quadro da Água, em desenvolvimento do regime fixado na Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro.
Decreto-Lei n.º 347/2007, de 19 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 117/2015, de 23 de junho	Aprova a delimitação georreferenciada das regiões hidrográficas.
Portaria n.º 1284/2009, de 19 de Outubro	Estabelece o conteúdo dos planos de gestão de bacia hidrográfica.
Portaria n.º 37/2015, de 17 de fevereiro	Procede à criação dos conselhos de região hidrográfica e regula o seu funcionamento.
Decreto-Lei n.º 42/2016, de 1 de agosto	Altera as normas respeitantes à monitorização dos elementos de qualidade das águas superficiais, das águas subterrâneas e das zonas protegidas relativos ao estado ecológico, procedendo à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 77/2006, de 30 de março, e transpondo a Diretiva 2014/101/EU da Comissão, de 30 de outubro de 2014, que altera a Diretiva 2000/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2000.
LEI DA TITULARIDADE DOS RECURSOS HÍDRICOS	
Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, alterada pelas Leis n.º 78/2013, de 21 de novembro; 34/2014, de 19 de junho e 31/2016, de 23 de agosto	Estabelece a titularidade dos recursos hídricos.
Declaração de Retificação n.º 4/2006, de 16 de janeiro	De ter sido retificada a Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro.
REGIME JURÍDICO DAS UTILIZAÇÕES DOS RECURSOS HÍDRICOS	
Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, alterado pelos Decreto-Lei n.º 391-A/2007, de 21 de dezembro; 93/2008, de 4 de junho; 107/2009, de 15 de maio; 245/2009, de 22 de setembro e 82/2010, de 2 de julho e pelas Leis n.º 44/2012, de 29 de agosto e 12/2018, de 2 de março	Estabelece o regime da utilização dos recursos hídricos.
Decreto-Lei n.º 311/2007, de 17 de setembro	Estabelece o regime de constituição e gestão dos empreendimentos de fins múltiplos, bem como o respetivo regime económico e financeiro.
Portaria n.º 1450/2007 de 12 de novembro	Fixa as regras do regime de utilização dos recursos hídricos.
Despacho n.º 14872/2009, de 2 de julho	Normas para a utilização dos recursos hídricos públicos e particulares.
Decreto-Lei n.º 97/2018, de 27 de novembro	Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das praias marítimas, fluviais e lacustres.

Diploma Legal	Âmbito
Decreto-Lei n.º 160/2019, de 24 de outubro	Procede à escolha das entidades gestoras e aprova as condições e os termos especiais dos contratos de concessão de atribuição da gestão de infraestruturas hidráulicas.
REGIME ECONÓMICO-FINANCEIRO DOS RECURSOS HÍDRICOS	
Decreto-Lei n.º 97/2008 de 11 de junho alterado pela Lei n.º 82-D/2014, de 31 de dezembro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 6/2015, de 27 de fevereiro e pelos Decreto-Lei n.º 42-A/2016, de 12 de agosto e 46/2017, de 3 de maio	Estabelece o regime económico e financeiro dos recursos hídricos.
Despacho n.º 484/2009 de 8 de janeiro	Aplicação da taxa de recursos hídricos.
Despacho n.º 2434/2009, de 19 de janeiro	Taxa de recursos hídricos.
Despacho n.º 10858/2009, de 28 de abril	Complemento às normas estabelecidas no Despacho n.º 2434/2009, de 19 de Janeiro, para estabelecimentos de piscicultura, aquacultura ou de culturas biogénéticas.
Decreto-Lei n.º 42-A/2016, de 12 de agosto	Cria o Fundo Ambiental, estabelecendo as regras para a respetiva atribuição, gestão, acompanhamento e execução e extingue o Fundo Português de Carbono, o Fundo de Intervenção Ambiental, o Fundo de Proteção dos Recursos Hídricos e o Fundo para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade.
ÁGUA PARA REUTILIZAÇÃO	
Decreto-Lei n.º 119/2019, de 21 de agosto	Estabelece o regime jurídico de produção de água para reutilização, obtida a partir do tratamento de águas residuais, bem como da sua utilização.
Portaria n.º 266/2019, de 26 de agosto	Aprova a informação e a sinalética a utilizar pelos produtores e utilizadores de água para reutilização (ApR).
INFRAESTRUTURAS HIDRÁULICAS	
Decreto-Lei n.º 42/2007, de 22 de fevereiro	Define o regime jurídico aplicável à gestão, exploração, manutenção e conservação das infraestruturas que integram o empreendimento de fins múltiplos de Alqueva (EFMA), altera os Estatutos da Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S. A., e revoga os Decreto-Lei números 32/95, de 11 de fevereiro, 33/95, de 11 de fevereiro, e 335/2001, de 24 de dezembro.
Decreto-Lei n.º 313/2007, de 17 de setembro	Desenvolve o regime jurídico aplicável à gestão, exploração, manutenção e conservação das infraestruturas que integram o empreendimento de fins múltiplos de Alqueva e aprova as bases do respetivo contrato de concessão.
Decreto-Lei n.º 21/2018, de 28 de março	Altera o Regulamento de Segurança de Barragens e aprova o Regulamento de Pequenas Barragens
Decreto-Lei n.º 182/2008, de 4 de setembro	Estabelece o regime de implementação do Programa Nacional de Barragens de Elevado Potencial Hidroelétrico.
DOMÍNIO PÚBLICO HÍDRICO	
Decreto-Lei n.º 353/2007, de 26 de outubro	Estabelece o procedimento de delimitação do domínio público hídrico.
Decreto-Lei n.º 100/2008, de 16 de junho	Estabelece os procedimentos relativos ao destino a dar às áreas compreendidas no domínio público hídrico do Estado em relação a usos com este compatíveis, nos termos legais, ou quando deixem de estar afetas exclusivamente ao interesse público do uso das águas.

Diploma Legal	Âmbito
Portaria n.º 931/2010, de 20 de setembro	Define os elementos necessários à instrução dos processos de delimitação do domínio público hídrico por iniciativa dos proprietários, públicos ou privados, de terrenos nas áreas confinantes com domínio público hídrico e estabelece igualmente a taxa devida pela apreciação dos procedimentos de delimitação do domínio público por iniciativa dos particulares.
ALBUFEIRAS DE ÁGUAS PÚBLICAS	
Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março	Aprova o regime de proteção das albufeiras de águas públicas de serviço público e das lagoas ou lagos de águas públicas.
Portaria n.º 1021/2009, de 10 de setembro	Estabelece os elementos que devem instruir os pedidos de autorização relativos a atos ou atividades condicionados nas albufeiras, lagoas ou lagos de águas públicas e respetivas zonas terrestre de proteção, bem como as taxas devidas pela emissão de autorizações.
PLANOS NACIONAIS DE RECURSOS HÍDRICOS	
Resolução do Conselho de Ministros n.º 113/2005, de 30 de junho	Estabelece as linhas orientadoras do Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA).
Despacho n.º 4385/2015, de 30 de abril	Aprova a estratégia para o abastecimento de água e o saneamento de águas residuais, para Portugal continental no período 2014-2020, designada por «PENSAAR 2020 - Uma nova estratégia para o setor de abastecimento de águas e saneamento de águas residuais».
Decreto-Lei n.º 76/2016, de 9 de novembro	Aprova o Plano Nacional da Água, nos termos do n.º 4 do artigo 28.º da Lei da Água, aprovada pela Lei n.º 58/2008, de 31 de maio, e cria a Comissão Interministerial de Coordenação da Água.
PLANOS DE GESTÃO DE REGIÃO HIDROGRÁFICA – 1.º Ciclo	
Resolução do Conselho de Ministros n.º 16-A/2013, de 22 de março	Aprova o Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas que integram a região hidrográfica 6 (RH6), designado PGBH do Sado e Mira.
Resolução do Conselho de Ministros n.º 16-B/2013, de 22 de março	Aprova os Planos de Gestão das Bacias Hidrográficas que integram a região hidrográfica 4 (RH4), designados PGBH do Vouga, Mondego e Lis e das Ribeiras do Oeste.
Resolução do Conselho de Ministros n.º 16-C/2013, de 22 de março	Aprova o Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas que integram a região hidrográfica 3 (RH3), designado PGBH do Douro.
Resolução do Conselho de Ministros n.º 16-D/2013, de 22 de março	Aprova o Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas que integram a região hidrográfica 2 (RH2), designado PGBH do Cávado, Ave e Leça.
Resolução do Conselho de Ministros n.º 16-E/2013, de 22 de março	Aprova o Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas que integram a região hidrográfica 8 (RH8), designado PGBH das Ribeiras do Algarve.
Resolução do Conselho de Ministros n.º 16-F/2013, de 22 de março	Aprova o Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas que integram a região hidrográfica 5 (RH5), designado PGBH do Tejo.
Resolução do Conselho de Ministros n.º 16-G/2013, de 22 de março	Aprova o Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas que integram a região hidrográfica 7 (RH7), designado PGBH do Guadiana.
Resolução do Conselho de Ministros n.º 16-H/2013, de 22 de março	Aprova o Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas que integram a região hidrográfica 1 (RH1), designado PGBH do Minho e Lima.
Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2016, de 20 de setembro	Aprova os Planos de Gestão das Regiões Hidrográficas do Minho e Lima, do Cávado, Ave e Leça, do Douro, do Vouga e Mondego, do Tejo e Ribeiras Oeste, do Sado e Mira, do Guadiana e das Ribeiras do Algarve.
Declaração de Retificação n.º 22-B/2016, de 18 de novembro (1º Suplemento)	Retifica a Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2016 de 20 de setembro, da Presidência do Conselho de Ministros, que aprova os Planos de Gestão das Regiões Hidrográficas do Minho e Lima, do Cávado, Ave e Leça, do Douro, do Vouga e Mondego, do

Diploma Legal	Âmbito
	Tejo e Ribeiras Oeste, do Sado e Mira, do Guadiana e das Ribeiras do Algarve, publicada do Diário da República, 1.ª série, n.º 181, de 20 de setembro de 2016.
Resolução do Conselho do Governo n.º 24/2013, de 27 de março	Aprovação do Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores.
Resolução n.º 81/2014, de 25 de fevereiro	Aprova o Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Arquipélago da Madeira, que integra a região hidrográfica 10 (RH10), doravante designado por PGRH do Arquipélago da Madeira.
PLANOS DE GESTÃO DE REGIÃO HIDROGRÁFICA – 2.º Ciclo	
Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2016, de 20 de setembro, retificada e republicada pela Declaração de Retificação n.º 22-B/2016, de 18 de novembro	Aprova os Planos de Gestão das Regiões Hidrográficas do Minho e Lima, do Cávado, Ave e Leça, do Douro, do Vouga e Mondego, do Tejo e Ribeiras Oeste, do Sado e Mira, do Guadiana e das Ribeiras do Algarve.
Resolução do Conselho do Governo n.º 945/2016, de 16 de dezembro	Aprova o Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Arquipélago da Madeira 2016-2021.
Decreto Legislativo Regional n.º 1-A/2017/A, de 6 de fevereiro	Aprova o Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores 2016-2021.
ZONAS DESIGNADAS PARA A PROTEÇÃO DE HABITATS OU DE ESPÉCIES - ZONAS DE PROTEÇÃO ESPECIAL E SÍTIOS	
Resolução do Conselho de Ministros n.º 142/97, de 28 de agosto	Aprova a lista nacional de sítios (1.ª fase) prevista no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 226/97, de 27 de agosto (transpõe para o direito interno a Diretiva n.º 92/43/CEE, do Conselho de 21 de maio, relativa à preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens).
Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, retificado pela Declaração de Retificação n.º 10-AH/99, de 31 de maio e alterado pelos Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro e 156-A/2013, de 8 de novembro	Revê a transposição para a ordem jurídica interna da Diretiva n.º 79/409/CEE, do Conselho, de 2 de abril (relativa à conservação das aves selvagens), e da Diretiva n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de maio (relativa à preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens).
Portaria n.º 670-A/99, de 30 de junho	Aprova o Regulamento do Plano de Gestão da Zona de Proteção Especial do Estuário do Tejo.
Decreto-Lei n.º 384-B/99, de 23 de setembro	Cria diversas zonas de proteção especial e revê a transposição para a ordem jurídica interna das Diretivas n.º 79/409/CEE, do Conselho, de 2 de abril, e 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de maio.
Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/2000, de 15 de junho	Aprova a 2.ª fase da lista nacional de sítios a que se refere o n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 140/99 de 24 de abril.
Resolução do Conselho de Ministros n.º 1-A/2004, de 8 de janeiro	Aprova a revisão do Plano de Ordenamento do Parque Natural de Sintra-Cascais
Resolução do Conselho de Ministros n.º 75/2004, de 19 de junho	Aprova o Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Paul de Arzila.
Resolução do Conselho de Ministros n.º 161/2004, de 10 de novembro	Aprova o Plano de Ordenamento do Parque Natural do Vale do Guadiana.
Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/2005, de 21 de março	Aprova o Plano de Ordenamento da Reserva Natural das Dunas de S. Jacinto.
Resolução do Conselho de Ministros n.º 77/2005, de 21 de março	Aprova o Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra de S. Mamede (POPNSSM).
Resolução do Conselho de Ministros n.º 80/2005, de 29 de março	Aprova o Plano de Ordenamento da Reserva Natural da Serra da Malcata (PORNMSM).

Diploma Legal	Âmbito
Resolução do Conselho de Ministros n.º 120/2005, de 28 de julho	Aprova o Plano de Ordenamento do Parque Natural do Douro Internacional (POPNDI).
Resolução do Conselho de Ministros n.º 141/2005, de 23 de agosto	Aprova o Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida (POPNA)
Portaria n.º 829/2007, de 1 de agosto	Divulga a lista de sítios de importância comunitária (SIC) situados em território nacional pertencentes às regiões biogeográficas atlântica, mediterrânica e macaronésica.
Resolução do Conselho de Ministros n.º 117/2007, de 23 de agosto, retificada pela Declaração de Retificação n.º 90/2007, de 16 de outubro	Aprova o Plano de Ordenamento da Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha (PORNLAS).
Resolução do Conselho de Ministros n.º 50/2008, de 19 de março	Aprova o Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Paul do Boquilobo.
Resolução do Conselho de Ministros n.º 62/2008, de 7 de abril	Aprova o Plano de Ordenamento do Parque Natural do Alvão (POPNAL).
Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de julho	Aprova o Plano Setorial da Rede Natura 2000 relativo ao território continental.
Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho, retificado pela Declaração de Retificação n.º 53-A/2008, de 19 de setembro	Estabelece o regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade e revoga os Decreto-Lei nº 264/79, de 1 de agosto, e 19/93, de 23 de janeiro.
Resolução do Conselho de Ministros n.º 175/2008, de 24 de novembro	Aprova o Plano de Ordenamento do Parque Natural do Litoral Norte.
Resolução do Conselho de Ministros n.º 176/2008, de 24 de novembro, alterada pelas Resoluções do Conselho de Ministros nº 67/2013, de 28 de outubro e 19/2014, de 10 de março	Aprova o Plano de Ordenamento do Parque Natural do Tejo Internacional.
Resolução do Conselho de Ministros n.º 177/2008, de 24 de novembro	Aprova o Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Estuário do Tejo.
Resolução do Conselho de Ministros n.º 178/2008, de 24 de novembro	Aprova o Plano de Ordenamento da Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica.
Resolução do Conselho de Ministros n.º 179/2008, de 24 de novembro	Aprova o Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho.
Resolução do Conselho de Ministros n.º 180/2008, de 24 de novembro	Aprova o Plano de Ordenamento da Reserva Natural das Berlengas.
Resolução do Conselho de Ministros n.º 181/2008, de 24 de novembro	Aprova o Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António.
Resolução do Conselho de Ministros n.º 182/2008, de 24 de novembro	Aprova o Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Estuário do Sado.
Resolução do Conselho de Ministros n.º 183/2008, de 24 de novembro	Aprova o Plano de Ordenamento da Área de Paisagem Protegida da Serra do Açor.

Diploma Legal	Âmbito
Resolução do Conselho de Ministros n.º 78/2009, de 2 de setembro	Aprova o Plano de Ordenamento do Parque Natural da Ria Formosa.
Resolução do Conselho de Ministros n.º 83/2009, de 9 de setembro	Aprova o Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela.
Resolução do Conselho de Ministros n.º 57/2010, de 12 de agosto	Aprova o Plano de Ordenamento do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros.
Resolução do Conselho de Ministros n.º 11-A/2011, de 4 de fevereiro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 10-A/2011, de 5 de abril	Aprova o Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda-Gerês (POPNPG).
Resolução do Conselho de Ministros n.º 11-B/2011, de 4 de fevereiro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 10-B/2011, de 5 de abril	Aprova o Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (POPNSACV).
QUALIDADE E MONITORIZAÇÃO DA ÁGUA	
Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de agosto	Estabelece normas, critérios e objetivos de qualidade com a finalidade de proteger o meio aquático e melhorar a qualidade das águas em função dos seus principais usos.
Decreto-Lei n.º 382/99, de 22 de setembro	Estabelece perímetros de proteção para captação de águas subterrâneas destinadas ao abastecimento público.
Aviso n.º 12677/2000, de 23 de agosto (2ª série)	Classifica como águas piscícolas os cursos de água constantes do anexo ao presente aviso.
Portaria n.º 1421/2006, de 21 de dezembro	Estabelece as regras de produção e comercialização de moluscos bivalves, equinodermes, tunicados e gastrópodes marinhos vivos, complementares aos Regulamentos (CE) n.º 852/2004 e 853/2004, ambos do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril, relativos à higiene dos géneros alimentícios e às regras específicas de higiene aplicáveis aos géneros alimentícios de origem animal.
Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho e pelo Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de dezembro	Estabelece o regime da qualidade da água destinada ao consumo humano.
Decreto-Lei n.º 208/2008, de 28 de outubro	Estabelece o regime de proteção das águas subterrâneas contra a poluição e deterioração, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2006/118/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro, relativa à proteção da água subterrânea contra a poluição e deterioração.
Decreto-Lei n.º 135/2009, 3 de junho alterado pelo Decreto-Lei n.º 113/2012, de 23 de maio	Estabelece o regime de identificação, gestão, monitorização e classificação da qualidade das águas balneares e de prestação de informação ao público sobre as mesmas, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2006/7/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de fevereiro, relativa à gestão da qualidade das águas balneares
Portaria n.º 702/2009, de 06 de julho	Estabelece os termos da delimitação dos perímetros de proteção das captações destinadas ao abastecimento público de água para consumo humano, bem como os respetivos condicionamentos
Portaria n.º 1115/2009, de 29 de setembro	Aprova o Regulamento de Avaliação e Monitorização do Estado Quantitativo das Massas de Água Subterrâneas.

Diploma Legal	Âmbito
Decreto-Lei n.º 103/2010, de 24 de setembro, alterado pelos Decreto-Lei n.º 83/2011, de 20 de junho e 218/2015, de 7 de outubro	Estabelece as normas de qualidade ambiental no domínio da política da água e transpõe a Diretiva n.º 2008/105/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro, e parcialmente a Diretiva n.º 2009/90/CE, da Comissão, de 31 de julho.
Despacho n.º 2227/2013, de 07 de fevereiro	Aprova o Programa de Ação e Medidas para a Melhoria e Controlo da Qualidade da Água na Ria Formosa.
Despacho n.º 2424/2015, de 09 de março	Classificação da zona de produção de moluscos bivalves vivos do Litoral de Aveiro, L3, como classe A.
Resolução do Conselho de Ministros n.º 91/2018, de 16 de julho	Aprova o Plano de Ação Tejo Limpo.
Despacho n.º 1851/2017, de 3 de março	O Conselho Diretivo do IPMA, I. P., atualiza a classificação das zonas de produção de moluscos bivalves vivos em Portugal continental.
Despacho n.º 3996/2018, de 19 de abril	Atualização da classificação das zonas de produção de moluscos bivalves vivos em Portugal continental.
Despacho n.º 2102/2019, de 1 de março	O conselho diretivo do IPMA, I. P., atualiza a classificação das zonas de produção de moluscos bivalves vivos em Portugal continental.
Despacho n.º 4362/2020, de 9 de abril	Classificação das zonas de produção de moluscos bivalves vivos em Portugal continental.
DIRETIVA DAS ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS - ZONAS SENSÍVEIS E MENOS SENSÍVEIS	
Decreto-Lei n.º 152/97, de 19 de junho	Transpõe para o direito interno a Diretiva n.º 91/271/CEE, do Conselho de 21 de maio de 1991, relativa ao tratamento de águas residuais urbanas.
Decreto-Lei n.º 348/98, de 9 de novembro	Altera o Decreto-Lei n.º 152/97, de 19 de junho, transpondo para o direito interno a Diretiva n.º 98/15/CE, da Comissão, de 21 de fevereiro, que altera a Diretiva 91/271/CEE.
Decreto-Lei n.º 149/2004, de 22 de junho	Altera o Decreto-Lei n.º 152/97, de 19 de junho e aprova a Lista de Identificação das Zonas Sensíveis e Menos Sensíveis do território português.
Decreto-Lei n.º 198/2008, de 8 de outubro	Terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 152/97, de 19 de junho, que transpõe para o direito interno a Diretiva n.º 91/271/CEE, do Conselho, de 21 de maio, relativamente ao tratamento de águas residuais urbanas
Decreto-Lei n.º 133/2015 de 13 de julho	Procede à sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 152/97, de 19 de junho, que transpõe a Diretiva n.º 91/271/CEE, do Conselho, de 21 de maio, relativamente ao tratamento de águas residuais urbanas.
Decreto-Lei n.º 77/2021, de 27 de agosto	Altera o quadro aplicável às zonas sensíveis relativas ao tratamento de águas residuais urbanas.
Portaria n.º 188/2021, de 8 de setembro	Procede à identificação das zonas sensíveis e das zonas menos sensíveis para efeitos da aplicação do Decreto-Lei n.º 152/97, de 19 de junho.
ZONAS VULNERÁVEIS	
Decreto-Lei n.º 235/97, de 3 de setembro	Transpõe para o direito interno a Diretiva n.º 91/676/CEE, do Conselho de 12 de dezembro de 1991, relativa à proteção das águas contra a poluição causada por nitratos de origem agrícola.
Decreto-Lei n.º 68/99, de 11 de março	Altera o Decreto-Lei n.º 235/97, de 3 de setembro, que transpõe para o direito interno a Diretiva n.º 91/676/CEE, do Conselho, de 12 de dezembro, relativa à proteção das águas contra a poluição causada por nitratos de origem agrícola.
Portaria n.º 164/2010, de 16 de março	Aprova a lista das zonas vulneráveis e as cartas das zonas vulneráveis do continente.

Diploma Legal	Âmbito
Portaria n.º 259/2012, de 28 de agosto	Estabelece o programa de ação para as zonas vulneráveis de Portugal continental.
PESCA E AQUICULTURA	
Decreto n.º 30/88 - DR n.º 208/1988, Série I de 8 setembro	Regula a Pesca nos Troços Fluviais Fronteiriços entre Portugal e Espanha, à exceção do Troço Internacional do Rio Minho, onde é regulada pelo Decreto-Lei n.º 8/2008, de 9 de abril, e da zona sob jurisdição marítima do rio Guadiana.
Lei n.º 7/2008, de 15 de fevereiro, alterada pelo Decreto-Lei n.º 221/2015, de 8 de outubro	Lei da Pesca nas Águas Interiores.
Decreto n.º 8/2008 - DR n.º 70/2008, Série I de 9 abril	Aprova o Regulamento da Pesca no Troço Internacional do Rio Minho, concluído na sessão plenária da Comissão Internacional de Limites entre Portugal e Espanha, que se realizou em Madrid em 5 de março de 2004
Decreto-Lei n.º 222/2015, de 8 de outubro	Procede à regulamentação da Lei n.º 7/2008, de 15 de fevereiro, que estabelece as bases de ordenamento e da gestão sustentável dos recursos aquícolas das águas interiores e define os princípios reguladores das atividades da pesca e da aquicultura nessas águas.
Decreto-Lei n.º 46/2016, de 18 de agosto	Estabelece o regime transitório para os títulos de utilização privativa dos recursos hídricos para fins aquícolas em águas de transição.
Portaria n.º 385-A/2017, de 2 de janeiro	Define as taxas aplicáveis à concessão de zonas de pesca lúdica, ao exclusivo de pesca para realização de provas de pesca desportiva, ao licenciamento do exercício da pesca e a aquicultura e à detenção de espécies aquícolas em cativeiro com fins não comerciais.
Decreto-Lei n.º 40/2017, de 4 de abril e respetiva Declaração de Retificação n.º 15-A/2017, de 2 junho	Aprova o regime jurídico da instalação e exploração dos estabelecimentos de culturas em águas marinhas, nelas se incluindo as águas de transição, e em águas interiores, no uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 37/2016, de 15 de dezembro.
Decreto-Lei n.º 112/2017, de 6 de setembro	Estabelece o regime jurídico do ordenamento e da gestão sustentável dos recursos aquícolas das águas interiores.
Portaria n.º 360/2017, de 22 de novembro, alterada e republicada pelas Portarias n.º 108/2018, de 20 de abril, n.º 385-A/2017, de 28 de dezembro e n.º 192/2018, de 3 de julho	Estabelece as condições de exercício da pesca nas águas interiores, definindo as espécies cuja pesca lúdica, desportiva e profissional é permitida, quais as espécies que são de devolução obrigatória e devolução proibida, quais os períodos de pesca autorizados para cada espécie e respetivas dimensões de captura, quais as espécies suscetíveis de serem autorizadas na realização de largadas e bem assim as espécies aquícolas consideradas de relevante importância
Despacho n.º 1608/2018, de 15 de fevereiro	Determina a elaboração do plano para a aquicultura em águas de transição.
Portaria n.º 192/2018, - DR n.º 126/2018, Série I de 3 julho	Define as dimensões de captura das espécies aquícolas em águas marinhas ou de transição
ZONAS COSTEIRAS E MEIO MARINHO	
Lei n.º 49/2006, de 29 de agosto	Estabelece medidas de proteção da orla costeira.
Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/2009, de 8 de setembro	Aprova a Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira.
Decreto-Lei n.º 108/2010, de 13 de outubro alterado pelos Decreto-Lei n.º 201/2012, de 27 de agosto; n.º 143/2015, de 31 de julho	Estabelece o regime jurídico das medidas necessárias para garantir o bom estado ambiental do meio marinho até 2020, transpondo a Diretiva n.º 2008/56/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de junho.

Diploma Legal	Âmbito
Decreto-Lei n.º 159/2012, de 24 de julho alterado pelo Decreto-Lei n.º 132/2015, de 9 de julho	Regula a elaboração e a implementação dos planos de ordenamento da orla costeira e estabelece o regime sancionatório aplicável às infrações praticadas na orla costeira, no que respeita ao acesso, circulação e permanência indevidos em zonas interditas e respetiva sinalização.
Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2014, de 12 de fevereiro	Adota a Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020.
Lei n.º 17/2014, de 10 de abril	Estabelece as Bases da Política de Ordenamento e de Gestão do Espaço Marítimo Nacional.
Decreto-Lei n.º 38/2015 de 12 de março alterado pelo Decreto-Lei n.º 139/2015, de 30 de julho	Desenvolve a Lei n.º 17/2014, de 10 de abril, que estabelece as Bases da Política de Ordenamento e de Gestão do Espaço Marítimo Nacional
Portaria n.º 125/2018, de 9 de maio	Regula, nos termos do n.º 5 do artigo 66.º do Decreto-Lei n.º 38/2015, de 12 de março, o regime e o montante da caução destinada a garantir a manutenção das condições físico-químicas e biológicas do meio marinho e a assegurar, no momento da cessação do direito de utilização privativa, a remoção das obras e das estruturas móveis inseridas na área ou no volume afetos ao título.
Portaria n.º 128/2018, de 9 de maio	Regulamenta, nos termos do n.º 4 do artigo 78.º do Decreto-Lei n.º 38/2015, de 12 de março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 139/2015, de 30 de julho, o valor base das componentes da taxa de utilização privativa do espaço marítimo nacional (TUEM) e a sua fórmula de cálculo.
Portaria n.º 239/2018, de 29 de agosto	Estabelece as condições mínimas a que deve obedecer o seguro obrigatório de responsabilidade civil extracontratual dos titulares de títulos de utilização privativa do espaço marítimo nacional previsto no artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 38/2015, de 12 de março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 139/2015, de 30 de julho.
Resolução do Conselho de Ministros n.º 203-A/2019, de 30 de dezembro	Aprova o Plano de Situação de Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional para as subdivisões Continente, Madeira e Plataforma Continental Estendida.
GESTÃO DIRETA DA ÁGUA	
Decreto-Lei n.º 17/2014, de 4 de fevereiro	Aprova a Lei Orgânica do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia.
Decreto-Lei n.º 56/2012, de 12 de março	Aprova a orgânica da Agência Portuguesa do Ambiente, I. P. (APA, I.P.).
Portaria n.º 108/2013, de 15 de março	Aprova os estatutos da Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA, I.P.)
REGULAÇÃO, FISCALIZAÇÃO, INSPEÇÃO E GESTÃO AMBIENTAL	
Decreto-Lei n.º 276/2007, de 31 de julho, alterado pela Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro e aditado pelo Decreto-Lei n.º 32/2012, de 13 de fevereiro	Aprova o regime jurídico da atividade de inspeção da administração direta e indireta do Estado.
Decreto-Lei n.º 43/2019, de 29 de março	Aprova a orgânica do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. (ICNF).
Portaria n.º 166/2019, de 29 de maio	Aprova os estatutos do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. (ICNF).
Decreto-Lei n.º 69/2012, de 20 de março	Aprova a orgânica do Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I. P. (INIAV).
Portaria n.º 392/2012, de 29 de dezembro	Aprova os estatutos do Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I. P. (INIAV).

Diploma Legal	Âmbito
Lei n.º 10/2014, de 6 de março	Aprova os Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).
Decreto Regulamentar n.º 19/2008, de 27 de novembro	Estabelece o número, as competências, a estrutura interna e o posto correspondente à chefia dos serviços diretamente dependentes do comandante-geral e dos serviços dos órgãos superiores de comando e direção da Guarda Nacional Republicana (GNR), onde se inclui o Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente (SEPNA).
Decreto-Lei n.º 23/2012, de 1 de fevereiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 153/2015, de 7 de agosto, com posterior alteração pelo Decreto-Lei n.º 108/2018, de 3 de dezembro	Aprova a orgânica da Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAMAOT).
Despacho Conjunto 477/2004, de 31 julho	Aprova a instituição e a composição da delegação portuguesa à Comissão para a Aplicação e o Desenvolvimento da Convenção sobre Cooperação para a Proteção e o Aproveitamento Sustentável das Águas das Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas (CADC).
ORGANIZAÇÕES COM INTERVENÇÃO NOS USOS DA ÁGUA	
Decreto Regulamentar n.º 32/2012, de 20 de março	Aprova a orgânica da Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR).
Portaria n.º 303/2012, de 4 de outubro	Fixa a estrutura nuclear da Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR).
Decreto-Lei n.º 129/2012, de 22 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 66/2015, de 29 de abril e pela Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro	Aprova a orgânica do Instituto do Turismo de Portugal, I. P. (TP).
Decreto-Lei n.º 130/2014, de 29 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 33/2016, de 29 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 69/2018, de 27 de agosto	Aprova a orgânica da Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG).
Decreto Regulamentar n.º 5/2015, de 20 de julho	Aprova a orgânica da Direção-Geral das Atividades Económicas (DGAE).
Decreto Regulamentar n.º 31/2012, de 13 de março	Aprova a orgânica da Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV).
Decreto Regulamentar n.º 2/2012, de 16 de janeiro, alterado pelo Decreto Regulamentar n.º 6/2014, de 10 de novembro	Aprova a orgânica da Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL).
Portaria n.º 376/2015, de 21 de outubro	Fixa a estrutura orgânica da Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL).
ÓRGÃOS CONSULTIVOS, REPRESENTANTES SETORIAIS E OUTRAS ORGANIZAÇÕES COM INFLUÊNCIA NA POLÍTICA DA ÁGUA	
Decreto-Lei n.º 166/97, de 2 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 84/2004, de 14 de abril	Aprova a estrutura, competências e funcionamento do Conselho Nacional da Água (CNA).
Decreto-Lei n.º 21/98, de 3 de fevereiro	Cria a Comissão de Gestão de Albufeiras (CGA).
Despacho Conjunto 660/99, de 9 de agosto	Aprova o Regulamento interno de funcionamento da Comissão de Gestão de Albufeiras (CGA).

Diploma Legal	Âmbito
Despacho n.º 6012/2004, de 26 de março	Define a composição da Comissão Nacional Portuguesa das Grandes Barragens (CNPGB).
Decreto-Lei n.º 43/2002, de 2 de março	Define a organização e atribuições do sistema da autoridade marítima e cria a autoridade marítima nacional (AMN).
Decreto-Lei n.º 44/2002, de 2 de março	Estabelece, no âmbito do sistema da autoridade marítima, as atribuições, a estrutura e a organização da Autoridade Marítima Nacional e cria a Direção-Geral da Autoridade Marítima (AMN).
Despacho conjunto n.º 526/2004, de 21 de agosto	Determina a estrutura da Comissão Nacional Portuguesa de Irrigação e Drenagem (CNPID).
Decreto Regulamentar n.º 48/2007, de 27 de abril	Aprova a orgânica da Comissão Interministerial de Limites e Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas (CILBH).
Diário da República número 204, III Série, de 3 de setembro de 1977	Publica os estatutos da Associação Portuguesa de Recursos Hídricos (APRH). Estatutos aprovados em Assembleia Geral de Fevereiro de 1986 e registado sob escritura no 5º Cartório Notarial em 6 de outubro de 1986.
Diário da República n.º 42, de 20 de fevereiro de 1988, III Série, fls. 3101 e 3102	Publica os estatutos da "Associação Portuguesa dos Distribuidores de Água" (APDA).
-	A Federação Nacional de Regantes de Portugal (FENAREG) é fundada em 2005.
Boletim do Trabalho e Emprego, 1ª Série, Lisboa, Vol. 72, n.º 3, pág 430-435 de 22 de janeiro de 2005	Publica os estatutos da CAP - Confederação dos Agricultores de Portugal, fundada em 24 de novembro de 1975
Resolução do Conselho de Ministros n.º 128/2005, de 10 agosto	Cria uma estrutura de missão denominada «Estrutura de Missão para os Assuntos do Mar» (EMAM).
Resolução do Conselho de Ministros n.º 9/2005, de 17 janeiro	Cria uma estrutura de missão denominada «Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental» (EMEPC).
	É constituída a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) por escritura pública de 22 de fevereiro de 1985. (Ver Estatuto em http://www.anmp.pt/anmp/aan/info/estat.pdf).

Rua da Murgueira, 9
Zambujal - Alfragide
2610-124 Amadora

geral@apambiente.pt
T. (+351) 21 472 82 00

apambiente.pt